

THÉÂTRE & RECONCILIATION: O USO DA ARTE COMO ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO DE CONFLITOS E RECONCILIAÇÃO

Sabrina Lima dos Santos¹

Ananda Dourado Porto²

Resumo: As artes como estratégia de paz e reconciliação vem sendo discutida e analisada nos estudos de paz, e tem sido vista como uma poderosa ferramenta de compreensão e transformação dos conflitos, já que a arte possui um potencial essencial de expressão da criatividade e dos sentimentos do indivíduos, tornando-se forte instrumento no processo de empoderamento e emancipação dos indivíduos e das comunidades atingidas pela violência. Essa forma de analisar e transformar conflitos é vista como parte integrante da Reconstrução de Paz, principalmente na abordagem *bottom up* – de baixo para cima – que considera o indivíduo como principal ator de transformação dos conflitos, sendo esse ator um indivíduo empoderado e emancipado, a fim de garantir a sustentabilidade do processo de construção da paz. O uso da arte enquanto estratégia de construção da paz, empoderamento e reconciliação entre as partes conflitantes vem sendo a base do projeto Théâtre & Réconciliation, em Burundi, na África, organizado por Frédérique Lecomte, que trabalha com refugiados e comunidades em risco, obtendo uma considerável efetividade nesses processos.

Palavras-chave: Arte e Empoderamento. Construção da Paz. Théâtre & Reconciliation.

¹ Sabrina Lima dos Santos. Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Membro do Grupo de Estudos de Paz e Segurança Mundial - GEPASM/UEPB e pesquisadora voluntária do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq - Cota 2015/2016), orientado pelo Professor Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann. (sabrina.limadossantos@gmail.com).

² Ananda Dourado Porto. Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Membro do Grupo de Estudo de Paz e Segurança Mundial - GEPASM/UEPB e militante na Marcha Mundial das Mulheres e no Movimento Levante Popula da Juventude. (anandadouradoo@gmail.com).

1. Introdução

Os Estudos de Paz e os Estudos Críticos de Segurança foram sendo desenvolvidos e consolidados em uma perspectiva pautada no desenvolvimento e na materialização da paz, a partir do momento em que notou-se o aparecimento de visões dissemelhantes em relação aos novos acontecimentos emergidos durante o período pós Guerra Fria e o Realismo não foi capaz de explicar essas mudanças, já que não sustentava uma ideia acíclica nas dinâmicas do cenário internacional, sendo necessária uma nova ótica de análise desses eventos. Assim, a Teoria Crítica de segurança surge como uma tentativa de explicar essas novas dinâmicas, partindo de uma ideia de que os processos de segurança são complexos e que não podem ser explicados baseados em uma estrutura de análise estática, sem caráter histórico, que não enxerga a possibilidade de mudança no sistema internacional, que, então, contribui para a manutenção do *status quo* das estruturas do poder estatal.

Posteriormente, com os estudos de Segurança Humana e Construção da paz (*Peacebuilding*), intensificou-se a ideia de segurança internacional com foco no indivíduo e não mais com o foco no Estado, podendo esse ser, ainda, um agente de insegurança para os mesmos. Essa perspectiva parte de um processo de resolução de conflitos com ênfase nos agentes locais, sendo eles os principais atores na definição e consolidação das políticas de construção do estado (*statebuilding*), e que a emancipação e o empoderamento do ser são as bases essenciais desse processo, se contrapondo a ótica tradicional nas Relações Internacionais, que sustenta uma ideia em que o Estado é o principal ator do ambiente internacional e o principal definidor das políticas de segurança e de resolução de conflitos a serem implementadas no ambiente em situação de conflito, que tem uma estrutura baseada na sobrevivência e no aperfeiçoamento das potencialidades estatais, a partir da estratégia militar como ferramenta política e na centralidade nas relações entre os Estados.

Desse modo, é importante que algo desperte a capacidade e a sensibilidade do indivíduo de se perceber como parte desse processo de construção da paz, fomentando um pensamento crítico e reflexivo de que ele pode ser ator de transformação, alcançando assim a emancipação e o emponderamento. Esse despertar pode ser alcançado de diversas maneiras, sendo a arte uma dessas formas, já que essa ferramenta permite um espaço em que o ser humano expressa-se ao máximo na sua criatividade, desabrochando suas potencialidades e que enaltece uma participação coletiva a fim de chegar a um propósito,

possibilitando óticas alternativas sobre resolução de conflitos e transformações, influenciando o processo de reconciliação civil, sendo, assim, uma forte ferramenta de *peacebuilding*.

O presente artigo analisará esse processo de estabelecimento da cultura de paz, que é a base do projeto Théâtre & Réconciliation, que trabalha com conflitos comunitários na região de Burundi, na África e que utiliza o teatro como ferramenta de emancipação e empoderamento, em que se permite ativar a sensibilização humana e resgatar o senso crítico da comunidade para a realidade e os conflitos que os envolvem e, a partir disso, construir os processos reconciliação e resolução de conflitos com as propostas de solução que partiram da comunidade local/agentes locais. É um novo método de educar, empoderar e reconciliar, fomentando, assim, uma alternativa no processo de *peacebuilding*.

2. O indivíduo como ator de transformação

O pensamento crítico sobre segurança surgiu como uma resposta à uma estrutura tradicional e realista de como se visualizam as dinâmicas de segurança internacional/nacional nas Relações Internacionais. Booth (1991) critica o Realismo pela forma em que a teoria tenta explicar essas dinâmicas e pela capacidade imutável que essa forma de analisar se torna hegemônica, escanteando as distintas formas de visualizá-las e não dando margem para perceber a complexidade de uma estrutura social, política, econômica e cultural que está atrelada a essas dinâmicas.

Para a Teoria Crítica, as dinâmicas de segurança são relativas, varia de Estado para Estado, já que as estruturas políticas, sociais e culturais internas são distintas. Além disso, focar no ator estatal exclui diversos grupos que podem não ser contemplados com a solução de segurança aplicada pelo Estado. A Teoria Crítica sustenta a ideia de segurança que deve ser dada ao indivíduo, buscando a justiça social.

Um estudo bastante importante para complementar o pensamento crítico de segurança são os estudos de paz desenvolvidos por Johan Galtung. O foco de segurança no indivíduo considera qualquer violência que atinja o ser humano como um caso problemático de segurança internacional. Galtung (1969) desenvolve seus estudos de paz partindo de uma análise sobre formas de violência e como elas podem ser acometidas contra o sujeito. Ele desenvolve o conceito de violência direta, que é aquela mais evidenciada, sendo

física/verbal/psicológica, violência estrutural, que é a violência presente nas estruturas sociais, políticas e econômicas, e de violência cultural que é aquela que se utiliza da simbologia cultural para justificar as outras duas formas de violência.

Para Galtung (1990), os indivíduos são essenciais para a compreensão das causas do conflito e também para sua resolução e para o *peacebuilding*, pois esses indivíduos muitas vezes sofrem com uma violência cultural e estrutural, que estão relacionadas à religião, ideologias, artes e até à linguagem. Essas violências podem ser simbólicas, e estarem presentes no dia a dia de diversas formas, como quando se utiliza apenas palavras masculinas referindo-se a todos os seres humanos e invisibilizando as mulheres, ou institucionalizadas como quando mortes em guerras em nome da nação se tornam mais importantes que a vida dos próprios cidadãos.

Dentro dessas temáticas o autor trabalha o conceito central de segurança humana que advém da valorização da vida e dos indivíduos ao invés de questões políticas e econômicas. Ele utiliza dois axiomas de Gandhi, são eles a unidade da vida (*unity-of-life*) e a unidade dos significados e fins (*unity-of-means-and-ends*), para afirmar que nenhuma vida humana pode ser utilizada como um meio para alcançar um fim. Nisto há uma crítica direta ao modelo capitalista, quando este prega o sacrifício de uma classe social em prol do desenvolvimento de outra, e também ao modelo marxista quando este prega o sacrifício de uma geração para alcançar uma revolução. Não há justificativa para o sacrifício de vidas, elas são sagradas e devem ser respeitadas. Quanto aos objetivos de melhorar a sociedade, estes devem ser bons em si e trazer o bem sem precisar de objetivos distantes, longas jornadas e do sacrifício de milhões em nome do desenvolvimento.

A religião e as ideologias legitimam a violência cultural e formam um ciclo vicioso que está diretamente ligado à violência estrutural. Isso acontece porque os elementos da identidade cultural podem ser utilizados para potencializar e justificar a violência direta. O papel da religião nessa relação se iniciou com o judaísmo e se fortaleceu com o cristianismo, principalmente na idade média, quando estas religiões implantaram uma dicotomia catastrófica na cultura da sociedade, a necessidade de se ter o bem e o mal representados como Deus ou Satanás, que se espalharam e foram aplicados em diversos setores e atores, e ainda são até hoje. Há outros aspectos dessas religiões que precisa ser destacado, nelas essa dicotomia está afastada da sua realidade, fora do planeta e só será enfrentada no

período além vida. E o fato de que Deus tem um povo escolhido, o que divide a sociedade entre escolhidos e não escolhidos.

Todas essas questões caracterizam a violência cultural cometida pelas religiões ocidentais. Enquanto nas religiões orientais essa dicotomia, bem e mal, está dentro de cada indivíduo e isso permite que haja um respeito e cuidado para com todas as formas de vida, no ocidente ela é evidenciada na sociedade como um todo, na escolha de um povo, classe, raça, gênero e Estado em detrimento dos outros, pois sempre há um escolhido, bom e certo, enquanto o outro é o oposto e deve ser combatido. Assim se configuram os conflitos e se legitima o uso de diversos tipos de violência para com o outro.

A ideologia exerce o mesmo papel da religião, porém sem a necessidade de um Deus, ou a dicotomia bem e mal, as ideologias políticas se afirmam através do Estado Moderno, que ocupa o lugar de Deus se tornando seu sucessor, criando o sentimento de nacionalismo de um povo, afirmando sua identidade, sua cultura e seus valores morais, esses pontos são positivos para a construção do Estado (*statebuilding*), porém podem ser utilizados de maneira inversa em relação ao outro, num processo de desumanização do outro (*self-other*), colocando um Estado como superior, permitindo que este desvalorize e explore o outro, já que são diferentes e este ocupa uma posição elevada. E assim, torna-se possível matar em guerras em nome da “nação”, execuções em nome do povo e ainda realizar coisas horríveis e inimagináveis para superar crises, como o Holocausto. “Combine a ideologia do estado-nação com a base teologicamente complexa de Povo Escolhido e está montado o palco para o desastre.”³ (GALTUNG, 1990, p. 299)

A violência cultural está presente na economia e na política mundial. E pode ser analisada a partir das teorias e doutrinas econômicas. Por exemplo, a teoria das “vantagens comparativas” desenvolvida por David Ricardo, economista influenciado pelas teorias liberais de Adam Smith, como o livre mercado, sua doutrina diz que todos os países devem adentrar no mercado internacional com os produtos que possui. Países que só produzem matéria-prima e produtos básicos entrariam em desvantagem, já que estes possuem um baixo custo, enquanto países que produzem produtos mais complexos e que utilizam tecnologia, inclusive utilizando a matéria-prima e os produtos básicos para produzi-los, teriam uma grande vantagem, pois seus produtos têm um custo elevado. Essa teoria configura uma violência porque justifica a divisão mundial de acordo com a cadeia produtiva e legitima a desvalorização dos produtos básicos, além de subjugar os países que os

³ [Tradução das Autoras] “Combine the ideology of the nation-state with theologically based Chosen People complex and the stage is set for disaster.”.

produzem. E como não há leis ou atores que possam interferir nessa situação essas vantagens são legitimadas.

É importante afirmar que essa realidade gera não apenas a violência cultural, mas também uma cultura violenta, na qual há um julgamento global que legitima a exploração de certos países para que outros possam se desenvolver. “Tais julgamentos globais poderiam ser alcançados através da identificação séria extensa de aspectos culturais, no pensamento religioso e ideológico, na língua e na arte, na ciência empírica e formal; todos eles sobrevivendo para justificar a violência.”⁴ (GALTUNG, 1990, p. 301).

Para o autor, existe um triângulo da violência, direta - estrutural - cultural, no qual todos os pontos estão interligados e podem ser facilmente transmitidas entre si, mas esse triângulo pode ser dissolvido, desde que se agisse nos três cantos ao mesmo tempo, porque se fossem realizadas ações em apenas um deles, como estão interligados aos outros dois, não surtiriam o efeito desejado e a violência recomeçaria.

Assim como a cultura é relevante para a disseminação e a manutenção da violência, ela também é relevante para a construção da paz, e para construir uma cultura de paz é preciso que seja dada a devida importância para os estudos de paz e que estes sejam realizados em todas as áreas do conhecimento, e que os indivíduos deem sua contribuição através de atos de cooperação, amizade e amor.

Segundo Galtung (1969), para iniciar a construção da paz (*peacebuilding*) é preciso ter conhecimento de três princípios básicos sobre a paz: “1. O termo “paz” deve ser usado para objetivos sociais, pelo menos acordados verbalmente por muitos, não necessariamente pela maioria. 2. Essas metas sociais podem ser complexas e difíceis, mas não impossíveis, de atingir. 3. A afirmação da paz como ausência de violência deve ser mantida como válida.”⁵ (GALTUNG, 1969, p.167).

Portanto, é necessário que os indivíduos exerçam sua cidadania e tomem um posicionamento em relação aos objetivos que serão estabelecidos, que antes de definir

⁴ [Tradução das Autoras] “Such global judgements could be arrived at by identifying an extensive number of cultural aspects, in religious and ideological thought, in language and art, in empirical and formal science; all of them surviving to justify violence.”.

⁵ [Tradução das Autoras] 1. The term ‘peace’ shall be used for social goals at least verbally agreed to by many if not necessarily by most. 2. These social goals may be complex and difficult, but not impossible, to attain. 3. The statement peace is absence of violence shall be retained as valid.”.

estes objetivos o conflito seja analisado de maneira profunda para que as principais causas sejam identificadas, por isso os objetivos podem ser difíceis e complexos, mas são possíveis. É que a ausência de violência é uma grande conquista e deve ser considerada como êxito, pois é um grande passo para o *peacebuilding*.

É válido reiterar que os indivíduos são atores imprescindíveis no processo de construção da paz, pois eles são capazes de realizar uma transformação social a partir da participação política, do empoderamento dos outros indivíduos, da valorização da cultura e da identidade, de ações sociais e principalmente da compreensão da realidade da qual fazem parte, pois somente a partir dessa compreensão é possível aplicar as teorias de resolução dos conflitos, construção da paz e desenvolvimento, já que os atores externos não partilham dessa visão e não conhecem as necessidades locais.

A partir desses estudos com foco no indivíduo, a Organização das Nações Unidas (ONU) percebeu a necessidade de visualizar os estudos de segurança humana e de construção da paz nos processos de resolução de conflitos. Foi a partir do final da década de 90 que se desabrochou a necessidade de enaltecer os agentes locais e a abordagem “de baixo para cima” (*bottom up*), nas agendas de intervenções de agentes internacionais nos processos de construção da paz, foi-se tomando uma dimensão considerável, com a visibilidade dos estudos como os de John Paul Lederach e Roger Mac Ginty, que criticam a forma de como os processos de resolução de conflitos excluem os principais envolvidos durante todo o processo de guerra e pós guerra.

A abordagem *bottom-up* é uma abordagem centrada nas pessoas que defende a paz a partir das sociedades afetadas e enaltece o empoderamento local para levá-los a trabalhar pela paz e a reconciliação de forma profunda. Esse tipo de abordagem enaltece o desenvolvimento de instituições do nível de base, o desenvolvimento de capacidades locais para o autogoverno, a sensibilização do público, promovendo a representação de todas as comunidades, e proporcionando um ambiente ideal para o desenvolvimento de unidades administrativas locais como a base para um governo descentralizado. Quando fortes administrações regionais são estabelecidas, será mais fácil para estabelecer um governo federal. (LEDERACH, 2005; MAC GINTY, 2010)

3. O empoderamento e a arte na construção da paz

Nas duas últimas décadas o termo *empowerment* (empoderamento) foi aderido às temáticas das Relações Internacionais, às agendas das instituições que contribuem para a construção da paz (*peacebuilding*) e às agendas locais dos Estados em situação de conflito ou em processo de reconstrução da paz (*statebuilding*) e da identidade nacional (*ownership*). Portanto para analisar esses processos torna-se imprescindível a compreensão desse conceito.

O termo *empowerment* surgiu a partir da segunda metade do século XX, com os movimentos de reivindicação dos direitos das minorias (negros, mulheres, homossexuais) nos Estados Unidos. Nesse contexto, o empoderamento ficou ligado às lutas sociais e a busca de afirmação das classes marginalizadas da sociedade americana. Estas articulavam-se a partir da exaltação da sua cultura, seus traços e suas vivências, passando por uma trajetória de libertação dos padrões determinados pela classe dominante da sociedade, ou seja, por um processo de emancipação e após essa fase criou-se a necessidade de protagonizar suas lutas, de se tornar sujeitos políticos para defender os seus direitos e sua identidade e disseminar esse processo para aqueles que ainda estava à margem. Essas características tornaram o empoderamento um processo sociopolítico.

Inicialmente, o empoderamento se limitava ao campo individual, o sujeito alcançava o autoconhecimento, melhorava sua autoestima e afirmava sua autonomia sozinho, ainda que houvesse uma consciência coletiva da necessidade de superação da dependência social e do compartilhamento, o indivíduo teria ajuda para compreender a sua realidade, mas se libertaria por conta própria, e posteriormente lutaria para que outros também passassem por esse processo. O empoderamento individual não é suficiente para transformar uma sociedade completamente, mas contribui para a transformação social, por que gera o sentimento de solidariedade entre as classes dominadas. De acordo com Roso e Romanini (2014, p.4) “As estratégias empregadas para o empoderamento têm como objetivo fortalecer a autoestima e a capacidade de adaptação ao meio e desenvolver mecanismos de autoajuda e de solidariedade.”

A maioria dos autores que estudam esse conceito o remete ao campo individual, porém existe também o conceito de empoderamento comunitário e este é o mais aplicado nas resoluções de conflito e manutenção da paz. Ele busca realizar ações e mudanças que fortaleçam a comunidade e a façam progredir e se fortalecer, dando-lhe poder e dignidade e mostrando para os civis a importância da sua participação nas decisões que lhe afetam.

Essa ideia proporciona o empoderamento social, fortalecendo a cidadania e gerando uma comunidade mais democrática.

Para evitar uma interpretação indesejada, torna-se necessário ter certa cautela ao utilizar o termo *empowerment*, dependendo do contexto, pois este possui diferentes abordagens e surgiu num Estado capitalista, numa cultura (neo)liberal que valoriza o individualismo. O conceito possui uma ligação muito forte ao campo individual, e as questões de emancipação, autonomia e progresso do indivíduo, mas não deve se limitar a uma perspectiva individualista, “A valorização do empowerment nesse contexto contribui para “endossar o discurso neoliberal de independência, responsabilidade pessoal e de afastamento do Estado na prestação de serviços sociais” (ALMEIDA, DIMENSTEIN & SEVERO, 2010, P. 579 APUD ROSO E ROMANINI, 2014, P.7). O empoderamento não pode ser imposto aos cidadãos, eles devem receber informações que levem a sua conscientização e que faça com que queiram se libertar e se tornar sujeitos da ação política.

“Não se trata obviamente de impor à população espoliada e sofrida que se rebele, que se mobilize, que se organize para defender-se, vale dizer, para mudar o mundo. Trata-se, na verdade, não importa se trabalhamos com alfabetização , com saúde, com evangelização ou com todas elas, de simultaneamente com o trabalho específico de cada um desses campos desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua situação concreta.”
(FREIRE, 1996, p.30)

Para Freire, o empoderamento deve acontecer ligando-se não apenas as questões individuais ou comunitárias, mas também às lutas sociais, pois quando utilizado para emancipar determinadas minorias como negros, mulheres, LGBTQI, o conceito deve ser aplicado para valorizar questões específicas dessas lutas, fortalecendo assim a causa e tornando os indivíduos que a constituem sujeitos políticos dessa transformação.

“A questão do empowerment da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do empowerment muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta (FREIRE & SHOR, 1986, P. 72 APUD ROSO E ROMANINI, 2014, P.7).”

A palavra *empowerment* significa, puramente, dar poder, legitima a autonomia e permite que os autores envolvidos participem, decidam, tenham autoridade em suas definições. Essas significações podem ser interpretadas de modo equivocado, como uma concessão de um ator externo, algo que lhes é dado e permitido por outrem. Todavia esse processo deve ser protagonizado pelas partes envolvidas, posto que só estas são legítimas para realizá-lo. Já a adaptação do termo para o português, empoderamento, feita por Paulo Freire, teve a preocupação de que o seu significado não ficasse ligado apenas à questões individuais, mas que derivasse da ideia de libertação do oprimido, vinculando-a assim diretamente aos seus protagonistas, as minorias marginalizadas.

É comum que o termo empoderamento seja igualado ao conceito de emancipação, no entanto isso é um erro, já que a emancipação permite o autoconhecimento e a libertação do indivíduo, porém é uma ideia muito mais específica. Enquanto o empoderamento é um conceito mais geral e abrangente porque pode ser aplicado em todos os âmbitos e relações de poder.

“The proximity of ‘empowerment’ and ‘emancipation’ in this early phase may raise the question of why the former term became the popular one and not the latter. As will be discussed below, ‘emancipation’, while also subject to disagreements regarding its definition, is a concept tied to a strong theoretical body of literature that stresses precisely the need to revisit power issues at the systemic level. A possible explanation for the preference for empowerment at this stage could be the fact that ‘empowerment’ explicitly encapsulated ‘power’, which was the core issue for many practitioners at the time” (MASCHIETTO, 2014, p.4).

Então, de acordo com as análises feitas acima é possível perceber que a emancipação não é algo separado e distante de empoderamento, é na verdade uma ferramenta utilizada nesse processo.

Inserindo esse conceito no contexto de transformação dos conflitos é possível constatar que ele é eficaz e necessário para afirmar a identidade dos oprimidos e permitir que estes defendam seus direitos. Esse método possui resultados positivos, porque empodera os indivíduos e os torna sujeitos ativos no desenvolvimento social e político do seu Estado, aumentando a participação política dos civis na defesa dos seus interesses, nas decisões

que lhes afetam e nas que podem afetá-los futuramente, proporcionando assim a construção de uma democracia participativa e a construção e manutenção da paz. Evidentemente que todas essas situações já ocorreram, mas não todas juntas em apenas um país, e sim isoladas em determinados locais de conflito. Esse conceito constitui uma sociedade ideal, igualitária, na qual todos têm voz e vez, que não se concretizou, mas que com o avanço das democracias e dos direitos humanos pode se tornar real.

É preciso destacar, também, que em determinados locais e conflitos a intervenção externa é necessária e pode contribuir para a construção da paz. A problemática principal é de que forma essa ação vai ocorrer, pois geralmente a intervenção é vertical, ou seja, o ator externo impõe seus conceitos e valores às partes envolvidas, não legitimando a sua realidade e o seu protagonismo. Mas há como intervir sem prejudicar o processo de empoderamento do local e emancipação dos indivíduos, agindo de maneira horizontal, apenas conscientizando os atores e direcionando-os para o autoconhecimento e a auto libertação, não interferindo no seu protagonismo ou nas questões políticas, sociais e culturais internas. Todavia, em um conflito a função dos atores externos não é de agir diretamente sobre o conflito, mas ajudar as comunidades locais a desenvolver meios para que eles próprios possam solucioná-lo. Esse processo fortalece a comunidade e consolida a paz.

A partir desse olhar local, Schirch e Shank (2008) analisam métodos não violentos para a construção da paz, em que pacificadores fazem o uso da arte em diversas comunidades mundiais em situação de conflito e como ela pode ser uma forte aliada ao processo emancipatório e no empoderamento do indivíduo. Ainda assim, as artes nos processos de construção da paz são analisadas como uma abordagem *soft*, sendo, então, não aceitável em dinâmicas consideradas *hard*, que envolvem conflitos e violência mais consideráveis. Porém, as artes são utilizadas durante toda a história como uma forma de expressão e de comunicação inerente aos seres, sendo uma forte ferramenta social, levando em conta a sua competência, através do lúdico, despertar um desejo de transformação no modo de pensar e agir da sociedade, logo, persuadindo na dinâmica dos conflitos.

“Já que o campo de construção da paz requer ferramentas que são que são tão diversos e complicados como o espírito do ser humano, as artes surgem como um aliado lógico. A tarefa para os profissionais de construção da paz é encontrar maneiras de incorporar as artes no trabalho de construção da paz e para criar um espaço onde as pessoas em conflito possam expressar-se, curar-se e reconciliar-se através das artes.” (SHIRCH, SHANK, 2008, p. 2)

Desse modo, considera-se o trabalho do teatrólogo brasileiro Augusto Boal (2009) que sustentava, em sua proposta de Teatro do Oprimido, a ideia de que os espetáculos eram inerentes ao cotidiano de todo ser humano, a partir das organizações sociais. Boal, em seu discurso sobre O Dia Mundial do Teatro, destaca que as relações humanas são estruturalmente teatrais e que qualquer pessoa é artista e tem potencialidade de transformação social e de conflitos, e que só depende dela própria a sua libertação e emancipação para desenvolver suas habilidades:

“Todas as sociedades humanas são espetaculares no seu cotidiano, e produzem espetáculos em momentos especiais. São espetaculares como forma de organização social, e produzem espetáculos como este que vocês vieram ver. Mesmo quando inconscientes, as relações humanas são estruturadas em forma teatral: o uso do espaço, a linguagem do corpo, a escolha das palavras e a modulação das vozes, o confronto de ideias e paixões, tudo que fazemos no palco fazemos sempre em nossas vidas: nós somos teatro!

Não só casamentos e funerais são espetáculos, mas também os rituais cotidianos que, por sua familiaridade, não nos chegam à consciência. Não só pompas, mas também o café da manhã e os bons-dias, tímidos namoros e grandes conflitos passionais, uma sessão do Senado ou uma reunião diplomática – tudo é teatro.

Uma das principais funções da nossa arte é tornar conscientes esses espetáculos da vida diária onde os atores são os próprios espectadores, o palco é a platéia e a platéia, palco. Somos todos artistas: fazendo teatro, aprendemos a ver aquilo que nos salta aos olhos, mas que somos incapazes de ver tão habituados estamos apenas a olhar. O que nos é familiar torna-se invisível: fazer teatro, ao contrário, ilumina o palco da nossa vida cotidiana. [...]

Vendo o mundo além das aparências, vemos opressores e oprimidos em todas as sociedades, etnias, gêneros, classes e castas, vemos o mundo injusto e cruel. Temos a obrigação de inventar outro mundo porque sabemos que outro mundo é possível. Mas cabe a nós construí-lo com nossas mãos entrando em cena, no palco e na vida.

Assistam ao espetáculo que vai começar; depois, em suas casas com seus amigos, façam suas peças vocês mesmos e vejam o que jamais puderam

ver: aquilo que salta aos olhos. Teatro não pode ser apenas um evento – é forma de vida!

Atores somos todos nós, e cidadão não é aquele que vive em sociedade: é aquele que a transforma!⁶ (BOAL, 2009)

O Teatro do Oprimido surgiu na década de 70 com base no Teatro Popular, almejando a participação do espectador na cena teatral, com um método de educação baseado na Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire. O objetivo do TO é transformar o espectador, um agente passivo, em um protagonista ativo do drama apresentado, o transformando em *espect-ator*. O participante modifica a dinâmica do drama através da participação ativa da linguagem teatral, com ações teatrais no contexto das dinâmicas sociais e políticas, preparando atos reais que o conduzem a sua libertação do drama proposto. Isso acontece a partir de técnicas teatrais, desenvolvidas por Boal, que despertam a criatividade e a imaginação, por meio de simulações reais, para discutir os problemas que permeiam o âmbito social, assim, o *espect-ator* permanece na sua própria essência individual, desempenha o seu papel social e potencializa seu poder de transformação do conflito surgido. Assim, o Teatro do Oprimido torna-se um modelo prática cênico pedagógica, que estimula a mobilização do público.

Assim sendo, o TO está intimamente ligado à educação, a partir das análises das dinâmicas sociais, à criação artística e ao acesso cultural. O conceito de Espectador e Oprimido se interligam nesse ambiente, através do diálogo, em que o participante irá descrever suas vivências e experiências, entrando em um processo de transitividade e questionamentos, desenvolvendo sua autonomia e sua percepção enquanto ator social, despertando, ainda, um desejo de cooperação entre os indivíduos na busca pela compreensão dos problemas.

O método do Teatro do Oprimido de Boal ganhou destaque em todo o mundo, sendo usado em processos de sequelas e traumas em terapias em hospitais e prisões, em escolas e em comunidades em conflitos na África. Seus livros são como escritos sagrados que permitem enxergar com clareza a participação coletiva, o poder político e a educação como processos de libertação e empoderamento das comunidades, destacando a cooperação entre os indivíduos na busca pela compreensão, pela indagação e problematização e pela transformação social. Tanto Boal quanto Freire, sustentam propostas de emancipação e

⁶ Discurso completo disponível no link <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2009/03/540686-veja-discurso-de-augusto-boal-sobre-o-dia-mundial-do-teatro.shtml>

empoderamento que parte de um processo coletivo e local, sendo, assim, ideias e estruturas que garantem a sustentabilidade do processo de construção de paz, enaltecendo a importância da abordagem *bottom - up* nas intervenções de paz.

4. A arte como ferramenta de transformação de conflitos no Projeto Théâtre & Reconciliation

Para entender a arte como forte estratégia nas transformações de conflitos é preciso entender o motivo do uso do termo “transformação de conflitos” ao invés de “resolução de conflitos”. Para Lederach (2003), tratar o conflito como algo a ser resolvido dá foco no conteúdo do conflito, de forma mais imediata e procura chegar a uma solução para a complicação que o gera. Por outro lado, a transformação dos conflitos, não foca apenas no problema imediato do conflito, mas, também, nas esferas relacionais, envolvendo diretamente as partes no processo e, a partir daí, busca gerar meios de mudanças positivas e sustentáveis de forma contínua e promovendo a reconciliação. A transformação de conflitos, por ser mais completa e promover uma dinâmica que aborda as relações interpessoais, analisando a crise para além do seu problema imediato, promove processos de mudanças - de ideias, formas de agir, formas de enxergar o outrem - e a reconciliação na realidade disposta.

Isso acontece porque os conflitos são universais, mas a forma de reação à eles são diferentes. O modo de lidar com os conflitos, o modo de compreender, analisar e articular mudanças variam de acordo com cada cultura. Cada cultura tem sua própria percepção e compreensão de ferramentas de resolução de conflitos, e dentro desses conflitos existem as dimensões relacionais, pessoais e estruturais que incorporam a problema de maneira particular. Portanto, em vez de resolver conflitos de forma padrão deve-se analisar a história e a dinâmica particular cultural das partes envolvidas (LEDERACH, 2003).

A partir disso, compreender o projeto Théâtre & Réconciliation, de Frédérique Lecomte, em Burundi, na África, é ver na prática como acontece essa ideia de transformação de conflitos e reconciliação através das artes, envolvendo de forma ativa a comunidade nos processos de construção da paz e tratando as sequelas e traumas sociais que marcam a história de um povo.

O projeto Théâtre & Réconciliation entrou em ação na região de Burundi no ano de 2000 abordando através do Teatro os conflitos étnicos entre os Hutu, Tutsi e Twa, acentuados no século 20, após a guerra civil de Ruanda, onde Burundi se tornou uma zona de refugiados. O projeto sustenta uma outra maneira de encarar a conflitos, através da interação dos atores em ter que criar um drama em equipe, tendo que ouvir os diferentes pontos de vista, tendo em vista as divergências culturais entre as comunidades, e, ainda, tendo eles que entrarem em um consenso sobre o que finalmente vão apresentar no cenário teatral. Segundo Lecomte, esses processos de participação das comunidades, com pensamentos diferentes, compartilhando de um mesmo espaço e praticando o diálogo provoca um momento que possibilita a promoção da sensibilidade pelo outro, o respeito e a transformação de um conflito existente, propiciando uma reconciliação. (ROSOUX, 2007)

É possível perceber o ponto em comum do projeto de Lecomte com a proposta do Teatro do Oprimido de Boal quando o espaço de teatro, um espaço lúdico e que permite a possibilidade de criar, é um espaço de educação, terapia, empoderamento e de mudança em potencial, criando uma processo alternativo de analisar, problematizar e construir algo. O teatro acaba por se um espaço de libertação dos indivíduos.

O projeto Théâtre & Réconciliation se desenvolve diretamente com a comunidade fragilizada e trabalha problemas e temáticas intimamente ligados aos civis. As temáticas trabalhadas são governo, corrupção, violência sexual contra as mulheres, o papel da polícia, direitos civis, igualdade de gênero, direitos iguais para gays, lésbicas e transgêneros, direitos humanos, tortura, planejamento familiar, reabilitação e direito dos prisioneiro, acesso à educação, direito à terra, dentre muitos outros processos essenciais para o empoderamento e emancipação do indivíduos, reforçando as capacidades civis das comunidades.

Além disso, o projeto consolida um espaço teatral democrático vivo, público e visível, em que os espetáculos ali criados serão apresentados em locais públicos e podendo ser visto por políticos e organismos estatais parlamentares, legisladores, políticos, governadores, transformando-o em um espaço de reivindicação e de tomadores de decisão dos indivíduos fragilizados e escanteados pelo governo.



(Foto de uma performance artística produzida pelas comunidades em conjunto com o projeto T&R⁷)

O projeto se iniciou a partir da cooperação com a ONG RCN Justice et Démocratie, que buscava um processo de intervenção de paz em Ruanda e em outras regiões africanas, que foram atingidas direta ou indiretamente pela guerra civil. Em um primeiro momento, o trabalho de reunião de várias histórias que envolviam a guerra civil em um lugar escolhido e sem determinar o grupo étnico dessas histórias, foi imprescindível. A RCN ocultou as figuras de violência e compartilhou figuras que eram referências de solidariedade e justiça e incluiu nas escolas, e, posteriormente, se tornaram base para dois primeiros espetáculos teatrais⁸. O resultado foi bastante positivo, pois conseguiu fazer que alunos de etnias diferentes participassem e construíssem juntos uma solução para os conflitos. Eles conseguiram se sensibilizar com as sequelas e os traumas descritos e isso promoveu um sentimento comum de unidade e reflexões, ampliando o poder de reconciliação e de sensibilização com os sofrimentos dos outros, por mais que fosse de culturas distintas (ROSOUX, 2007).

O T&R aplica suas intervenções a partir de oficinas nas comunidades fragilizadas. As oficinas podem durar de 5 a 10 dias, podendo gerar de 10 a 300 performances artísticas que serão apresentadas em praças públicas, em ambientes políticos, em centros culturais e feiras públicas. A metodologia dessas oficinas é baseada em um espaço em que o teatro é um lugar onde ideias plurais podem ser compartilhadas, com alegrias e tristezas. Outro método de Lecomte são as improvisações. Primeiramente, essas improvisações são despertadas

⁷ Fotografia retirada do site do projeto Théâtre & Réconciliation, disponível no link <http://theatreconciliation.org/theatre-justice-au-burundi/?lang=fr>

⁸ Espetáculos - Si Ayo Guhora (2002) e Habuze Iki (2005)

através de estímulos que são criados a partir dos participantes, como seus desejos, medos, a suas formas de compreensão, e a partir dos desejos das ONGs em trabalhar situações delicadas como reconciliação e mulheres vítimas de violência. A partir disso, Lecomte atua com perguntas reflexivas e sempre deixando claro a sua compreensão e preocupação com os problemas que estão sendo apresentados. Posteriormente, o que foi compartilhado começa a ser trabalhado em improvisações, podendo gerar situações de diversão até no problema mais delicado, daí, então, o roteiro é criado a partir dessas improvisações. O projeto oferece, também, oficina de formação para gestão de conflitos, que se baseia no Teatro técnico e Reconciliação em zonas de conflito.

As realizações do projeto são inúmeras, como uma cooperação, em 2005, com a Search for Common Ground que resultou em uma formação de 10 dias para uma grupo de mulheres vítimas jovens de violência sexual em Uvira, República Democrática do Congo e como em 2012, em Ukuri, Burundi, criou-se espaços para o diálogo e fortalecimento do intercâmbio cultural, através do teatro e de debates em rádio em torno da questão das ideias distintas. Isso possibilitou uma coexistência pacífica em 4 cidades é que são caracterizadas pela pluralidade cultural e social e pela empatia.⁹

É importante destacar a potencialidade e a efetividade do T&R a partir das adaptações para o formato rádio novela pelo grande alcance e repercussão das apresentações, segundo Lecomte, o alcance foi de 68.000 buridienses (ROSOUX, 2007). De acordo com o site do projeto T&R, o alcance é ainda maior. São 3.000 espectadores por performances, e uma série de 50 performances consegue atingir 150.000 espectadores. Isso acontece por conta das diversas mídias em que as apresentações são transmitidas, como em programas de rádio e TV e em CDs. Isso confirma a efetividade da arte em conseguir transmitir, de forma não violenta, os traumas e as sequelas da história de um povo marginalizado e de acender, nos indivíduos, a sensibilidade com as dores do outro, despertando a identificação com o sofrimento apresentado, permitindo uma reflexão pessoal e coletiva e “a normalização das relações entre antigos inimigos” (ROSOUX, 2007, p. 07).

4. Conclusão

⁹ Ver vídeo de relatos sobre a experiência no link <https://www.youtube.com/watch?v=owy-5FHrbYE>

É possível perceber, diante do que foi discutido no artigo, a importância de uma alternativa às intervenções de construção da paz que ainda são, em sua maioria, pautadas em uma dinâmica forte de reconstrução do estado, deixando à margem, ainda, o potencial dos indivíduos locais na participação desses processos. A imersão desses atores locais nas intervenções de paz garante a sustentabilidade de uma maneira sensível e contínua, mas para que isso aconteça e que se consolide é preciso que esses sujeitos se enxerguem como um ser capaz de transformar incrivelmente o ambiente em que ele está disposto e transformar os conflitos que os permeiam. Esse encadeamento incorpora processos de emancipação e empoderamento que estão inerentes às lutas dos indivíduos pela libertação, pela afirmação da sua autonomia e da sua capacidade civil.

Além disso, é possível despertar e reafirmar esses processos com o uso da arte, como visto no caso de Burundi, na África, com o projeto Théâtre & Réconciliation, que há mais de uma década vem ganhando destaque global. O projeto de Lecomte comprova a efetividade do uso do teatro na transformação das dinâmicas dos conflitos étnicos que existiam/existem na região burundiense, a partir da consolidação dos processos de reconciliação entre os grupos étnicos envolvidos e da capacidade de despertar o desejo e o poder de transformar os conflitos que as comunidades marginalizadas enfrentam.

Portanto, é indiscutível o potencial da arte para tratar traumas, sequelas e transformar conflitos que permeiam a realidade de um povo em situações de risco. A arte acaba se tornando uma ferramenta sensível e acolhedora para se discutir e tentar resolver problemas e situações delicadas e sofridas que não conseguem ser expressados de outra forma. Fazer arte é inerente ao ser e não deixá-la adormecer é o caminho mais sensível e potente para cuidar de si, do próximo, da sociedade e para promover a paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

BOAL, Augusto. **Estética do Oprimido**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

BOON, Richard, PLASTOW, Jane (eds) **Theatre and empowerment: Community drama on the world stage**. Cambridge University Press, 2004.

BOOTH, Ken. (1991), **Security and emancipation**. Review of International Studies, vol.

17, No 04, 1991, p. 313-326.

BORGES, Marisa e MASCHIETTO, Roberta H. (2014). **Cidadania e empoderamento local em contextos de construção da paz**, Revista Crítica de Ciências Sociais, N. 105: 65-84, ISSN 0254-1106. Disponível em: <http://rccs.revues.org/5800>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALTUNG, Johan. **Cultural Violence**. Journal of Peace Research, Vol. 27, Nº 3, 1990, pg. 291-305.

GALTUNG, Johan. **Violence, Peace, and Peace Research**. Journal of Peace Research, Vol. 6, Nº 3, 1969, pg. 167-191.

LEDERACH, John Paul. **Conflict Transformation**. In Beyond Intractability. Editado por Guy Burgess e Heidi Burgess, Conflict Information Consortium, Boulder, University of Colorado, 2003, <http://www.beyondintractability.org/essay/transformation>.

_____. **The Arts and Peacebuilding: Using Imagination and Creativity**. In TONGEREN, BRENK, HELLEMA, VERHOEVEN, People Building Peace – Successful Stories of Civil Society. Lynne Rienner, 2005, p. 283-308.

MAC GINTY, Roger; RICHMOND, Oliver P. (2013), **The Local Turn in Peace Building: a Critical Agenda for Peace**, Third World Quarterly, 34(5), 763 -783.

MASCHIETTO, Roberta H. **Chapter Disentangling Empowerment**. 2014.

ROSO e ROMANINI. **Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização**, Revista Psicologia e Saber Social, V. 3, N. 1, 2014, pp. 83-95. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/12203/9505>.

ROSOUX, Valérie. **Arts et Résolution des Conflits**. In Culture et relations internationales, editado por F. Massart, Louvain-la-Neuve, Presses universitaires de Louvain, 2007, p. 101-110.

SHANK, Michel; SCHIRCH, Lisa. **Strategic Arts Based Peacebuilding**. Peace & Change, 33.2, 2008.

THÉÂTRE & RÉCONCILIATION. Disponível em: <<http://reconciliation.be/>>. Acesso em: 1 de maio de 2015.